



REDE DE  
OBSERVATÓRIOS  
DA SEGURANÇA

# MÁQUINA DE MOER GENTE PRETA: A RESPONSABILIDADE DA BRANQUITUDE

**cesec**

Centro de Estudos de Segurança e Cidadania

**Agradecimentos**

Observatório da Branquitude

Sociedade Maranhense de Direitos Humanos - SMDH

Centro de Defesa da Criança e do Adolescente Padre Marcos Passerini

Universidade Federal do Maranhão - UFMA

*Respeitem meus cabelos, brancos*

*Chegou a hora de falar*

*Vamos ser francos*

*Pois quando um preto fala*

*O branco cala ou deixa a sala*

*Com veludo nos tamancos*

Trecho da música *Respeitem meus cabelos, brancos*, de Chico César

**REDE DE OBSERVATÓRIOS DA SEGURANÇA**

Um projeto do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC)

**Coordenação do CESeC**

Julita Lemgruber  
Leonarda Musumeci Silvia Ramos  
Pablo Nunes

**EQUIPE DA REDE DE OBSERVATÓRIOS DA SEGURANÇA****Coordenadora geral**

Silvia Ramos

**Coordenador de pesquisa**

Pablo Nunes

**Coordenadora de comunicação**

Juliana Gonçalves

**Pesquisadores**

Jonas Pacheco  
Pedro Paulo da Silva

**Articuladora e pesquisadora**

Bruna Sotero

**Designer**

Renato Cafuzo

**Assistentes de comunicação**

Nathália da Silva  
Wellerson Soares

**Estagiário de comunicação**

Matheus Lima

**Gerente**

Ana Paula Andrade

**CONSULTOR PARA O NORDESTE**

Ricardo Moura

**OBSERVATÓRIO DA SEGURANÇA BAHIA**

Dudu Ribeiro  
Larissa Neves  
Luciene da Silva Santana

**OBSERVATÓRIO DA SEGURANÇA CEARÁ**

Ana Letícia Lins  
César Barreira  
Luiz Fabio Paiva

**OBSERVATÓRIO DA SEGURANÇA MARANHÃO**

Luiz Eduardo Lopes da Silva  
Thiago Brandão Lopes

**OBSERVATÓRIO DA SEGURANÇA PERNAMBUCO**

Dália Celeste  
Deila Martins  
Edna Jatobá

**OBSERVATÓRIO DA SEGURANÇA PIAUÍ**

Elton Guilherme  
Lila Cristina Xavier Cruz  
Maria Dalva Macedo Ferreira  
Marcondes Brito da Costa

**OBSERVATÓRIO DA SEGURANÇA RIO DE JANEIRO**

Bruna Sotero  
Itamar Silva  
Jonas Pacheco  
Pablo Nunes  
Pedro Paulo da Silva  
Silvia Ramos

**OBSERVATÓRIO DA SEGURANÇA SÃO PAULO**

Bruno Paes Manso  
Francine Ribeiro

**ORGANIZAÇÕES FORMADORAS DA REDE**

Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC)

Iniciativa Negra por uma Nova Política sobre Drogas (INNPD)

Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (Gajop)

Laboratório de Estudos da Violência (LEV/UFC)

Núcleo de Estudos da Violência (NEV/USP)

Núcleo de Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes e Jovens (UFPI)

Rede de Estudos Periféricos (UFMA/ IFMA)

**PARCEIROS NA COLETA DE DADOS**

Fogo Cruzado

Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Monitor da Violência

**FALE COM A GENTE**

rededeobservatorios@gmail.com

**Twitter:**

@rede\_seguranca

**Facebook:**

@rededeobservatorios

**Instagram:**

@redeobservatorios

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Sueli Costa - Bibliotecária - CRB-8/5213

(SC Assessoria Editorial, SP, Brasil)

Máquina de moer gente preta [livro eletrônico]: a responsabilidade da branquitude / Silvia Ramos...[et al.]. – Rio de Janeiro : CESeC, 2022.

10 mb.

Outros autores: Dudu Ribeiro, Luciene Santana, Larissa Neves, Ana Letícia Lins, César Barreira, Ricardo Moura, Thiago Brandão, Luiz Eduardo Silva, Dália Celeste, Deila Martins, Edna Jatobá, Elton Guilherme Silva, Lila Xavier, Marcondes Brito, Maria Dalva Ferreira, Bruna Sotero, Jonas Pacheco, Juliana Gonçalves, Matheus Lima, Nathália da Silva, Pablo Nunes, Pedro Paulo, Renato Cafuzo, Wellerson Soares, Bruno Paes Manso, Francine Ribeiro

Formato: PDF

ISBN: 978-85-5969-023-1

1. Racismo. 2. Branquitude. 3. Violência. 4. Segurança pública. I. Ramos, Silvia.

II. Título.

CDD-320.56

Índice para catálogo sistemático:

1. Racismo 320.56

<b>QUANDO PRETES FALAM, O BRANCO CALA OU DEIXA A SALA COM VELUDO NOS TAMANCOS</b>	06
<i>Dudu Ribeiro</i>	
<b>OS NÚMEROS NOS CONTAM QUEM SÃO OS QUE MATAM</b>	09
<b>COMO ENCONTRAMOS AS RESPOSTAS</b>	13
<b>UMA RESPOSTA PARA MARCOS VINÍCIUS: BRANQUITUDE, VIOLÊNCIA E AS HIERARQUIAS DE HUMANIDADE</b>	14
<i>Thales Vieira</i>	
<b>BAHIA</b>	
<b>GUERRA ÀS DROGAS GARANTE PRIVILÉGIOS DA BRANQUITUDE</b>	16
<b>CEARÁ</b>	
<b>A NATURALIZAÇÃO DAS VIOLÊNCIAS</b>	20
<b>MARANHÃO</b>	
<b>MODELO DE SEGURANÇA REATIVO TEM COMO ALVO A JUVENTUDE PRETA</b>	23
<b>PERNAMBUCO</b>	
<b>QUANTO VALE A VIDA DE UMA MULHER?</b>	26
<b>PIAUI</b>	
<b>A ESCALADA ININTERRUPTA DA VIOLÊNCIA</b>	28
<b>RIO DE JANEIRO</b>	
<b>VELHOS ERROS LEVAM A RECORDES DE MORTE</b>	31
<b>SÃO PAULO</b>	
<b>ONDE NOSSAS CRIANÇAS ESTARÃO SEGURAS DO MACHISMO?</b>	34
<b>QUEM FAZ A REDE DE OBSERVATÓRIOS</b>	37

# QUANDO PRETES FALAM, O BRANCO CALA OU DEIXA A SALA COM VELUDO NOS TAMANCOS

*Dudu Ribeiro, coordenador do Observatório da  
Segurança na Bahia e da Iniciativa Negra por  
Nova Política sobre Drogas*

Enfrentamos nas últimas décadas a tarefa – impulsionada pelas organizações negras e intelectuais comprometidas – de demonstrar sob os mais amplos aspectos possíveis, inclusive com muitos estudos “adequados” ao produzir científico branco, a desproporção abissal da violência estatal contra parte da população brasileira. Nos últimos relatórios da Rede de Observatórios da Segurança, já apresentamos quem são as pessoas mortas pela polícia, as crianças e os adolescentes assassinados e violentados, as mulheres que padecem sob o domínio patriarcal – que é racial, mas também de gênero, de orientação sexual e geracional. Provamos e comprovamos seguidamente que, sob qualquer parâmetro estatístico, é a população negra a que mais morre no Brasil de hoje. E agora nós perguntamos: onde estão e quem são os que matam?

É preciso deixar nítido que a branquitude é a responsável pela pilha de corpos e pelas manchas de sangue em que navega a frágil democracia brasileira. Tanto do ponto de vista teórico, em que uma hegemonia global é produzida pelo eurocentrismo filosófico e pela expansão máxima do branqueamento entre todos os povos, permitida pela destruição genocida de outras possibilidades de vida e pensamento, quanto do ponto de vista prático, em que as canetas não estão menos sujas de sangue do que as viaturas que transportam corpos, as ruas onde são depositados, ou os cárceres que os empilham em degradação absoluta.

Uma barreira cognitiva foi criada e é mantida pelas continuidades coloniais que normalizaram durante séculos o “lugar de branco”, resultado de um longo processo histórico e das vantagens construídas pelo racismo e pela escravidão, que, ao mesmo tempo, tenta deixar submersa esta própria autoconstrução. O existir branco e sua ideia de superioridade não podem ser separados dos percursos de construção do outro, não branco, pois é a partir da fundação das ideias

SOB QUALQUER PARÂMETRO  
ESTATÍSTICO, É A POPULAÇÃO  
NEGRA A QUE MAIS MORRE NO  
BRASIL DE HOJE

A CRISE ECONÔMICA EMPURRA  
A SOCIEDADE PARA TENSÕES  
SOCIAIS QUE IMPACTAM  
DIRETAMENTE NOS FENÔMENOS  
LIGADOS À VIOLÊNCIA E À  
SEGURANÇA

de inferioridade de outros povos, que o branco construiu a sua própria superioridade.

Uma barreira física, real e concreta permite a divisão da sociedade em pessoas que podem todas as coisas – com proteção da justiça e silêncio da mídia para os crimes mais abjetos, inclusive contra a vida –, e todas as demais, que estão sempre a um passo do cárcere, por caminhar à noite nas ruas do seu bairro, ou da cova, porque uma Bíblia ou um guarda-chuva são “muito parecidos” com um fuzil.

Além disso, pessoas negras morrem cotidianamente por conta de políticas de austeridade impostas por organismos internacionais, que ampliam a exploração econômica, reduzem políticas sociais e sequestram o orçamento público para o pagamento de dívidas e juros. Sem dar nem um tiro, a crise econômica empurra a sociedade para tensões sociais que impactam diretamente nos fenômenos ligados à violência e à segurança.

E o que dizer da vida dos moradores de condomínios da classe média, cercados por aparatos de segurança privada, que desprezam em absoluto o fato de que a viatura na entrada do seu bairro e o policial que lhes trata com civilidade são a outra face de um instrumento de produção de mortes no outro lado da mesma cidade?

Não devemos olhar apenas para o dedo que aperta o gatilho e produz a morte de forma direta. As condições que são criadas antes mesmo da arma ser engatilhada nos preocupam ainda mais. Pois é atrás desse véu que “os brancos calam, e deixam a sala com veludo nos tamancos”. É neste ponto que visualizamos o tamanho da sofisticação do racismo brasileiro.

Cada um dos dados que apresentaremos neste relatório são o exemplo de como os agentes da produção de morte estão escondidos. Revelar o não dito, o não visto, deve ser uma tarefa fundamental para as pesquisas de segurança pública que continuaremos a produzir. Ainda que o desafio seja enorme, ele precisa ser encarado.

Revelamos aqui, dados de casos que ganharam espaço nos jornais dos sete estados que monitoramos: Bahia, Ceará, Pernambuco, Piauí, Maranhão, Rio de Janeiro e São Paulo. Diante desses casos registrados, questionamos o papel da branquidade que define um tipo de cobertura jornalística que expõe vítimas como algozes, viola sistematicamente o direito constitucional de presunção da inocência para pessoas negras, manuseia a gramática para achar eufemismos para crimes cometidos por pessoas brancas e reforça uma “naturalização da criminalidade” para indivíduos negros. Estes veículos não pronunciam sobrenomes europeus, não fazem perguntas difíceis

REVELAR O NÃO DITO, O NÃO VISTO, DEVE SER UMA TAREFA FUNDAMENTAL PARA AS PESQUISAS DE SEGURANÇA PÚBLICA

dentro de condomínios, não têm um banco de fotos cheio de olho azul e tez branca. Aguardam a versão da polícia para dizer quem nós somos, por que fizemos e por que merecemos aquele fim. E fim.

Por outro lado, o aparato judiciário é quem protege e permite a distribuição da morte enquanto política de Estado, agindo de forma central no derramamento de sangue das políticas de segurança pública no Brasil. Sobretudo juízes e promotores têm sido peça chave na continuidade da máquina de morte estatal. Operam pela garantia do pacto da branquitude<sup>1</sup>. São, em sua maioria, homens brancos, oriundos de famílias ricas, que agem para a manutenção dos seus privilégios brancos, para a máxima criminalização da população negra e a destruição de nossas possibilidades de existir e produzir. Seus nomes não são pronunciados, seus crimes muito menos observados e denunciados.

O desafio que nos impomos neste relatório é apontar para a branquitude como ela tem passado ilesa quando tratamos do tema de segurança pública e violência no Brasil. Revelar essa nossa intenção é também uma forma de convocar outros agentes que atuam nesse tema a pensar conosco que é preciso apontar essas questões, encontrar sujeitos, e instituições, que têm agido na perpetuação da violência racial e que nem ao menos são pronunciados. Já falamos muito de nós, de nossas dores, das nossas perdas. Queremos apontar também os beneficiários ocultos do derramamento de nosso sangue. “Chegou a hora de falar, vamos ser francos”.

JUÍZES E PROMOTORES  
TÊM SIDO PEÇAS-CHAVE NA  
CONTINUIDADE DA MÁQUINA DE  
MORTE ESTATAL

---

<sup>1</sup> Conceito formulado por Cida Bento que discorre sobre o pacto de cumplicidade não verbalizado entre pessoas brancas, que visa manter seus privilégios.



# OS NÚMEROS NOS CONTAM QUEM SÃO OS QUE MATAM

---

Mais de vinte mil eventos monitorados em um ano são uma massa muito consistente de dados e descobertas. Mas principalmente – é isso que se verá nas páginas a seguir – temos a capacidade de fazer análises sobre esses números a partir do conhecimento profundo e enraizado das realidades locais dos sete estados monitorados pela Rede de Observatórios. Os números alcançados pelos registros dos nossos pesquisadores evidenciam o racismo que coloca pessoas negras como principais vítimas da violência. São dados de um monitoramento diário de notícias e comunicações sobre violência, criminalidade e segurança publicadas nos grandes veículos, nas redes sociais e em sites de polícias e secretarias de segurança que revelam um sistema que privilegia a branquitude.

Chegamos a mais um momento importante da experiência de criar uma rede de observatórios para monitorar os fenômenos de violência, criminalidade e segurança em estados brasileiros. Em cada estado, um observatório ligado a um grupo acadêmico ou ativista, sempre conectado com a vida nas periferias e com o dia a dia das questões de segurança pública, produz uma compreensão sobre os números gerados, compreensão que apenas quem está imerso na realidade das dinâmicas locais de violência pode criar.

Cada número mostrado nas tabelas a seguir tem uma história por trás, com detalhes como local, nome das vítimas e muitas vezes relação entre vítima e agressor, causas e resultados. Nossas análises levam em conta não só os números, mas os impactos simbólicos da veiculação dos eventos. Por exemplo, agressões com motivação racial ou de pessoas trans podem estar registradas em menor número do que eventos com armas de fogo, mas produzem ondas de mobilização na sociedade (ou às vezes de indiferença) que nos interessam vivamente.

Em um ano, no período de agosto de 2021 a julho de 2022, registramos 21.563 eventos, entre os quais alguns são frequentes nas notícias veiculadas sobre violência e segurança e outros são previsivelmente ou estranhamente muito raros. Existe uma homogeneidade impressionante no fato de que ações de **policiamento** (eventos que descrevem ações policiais) é o maior destaque numérico dos registros.

As polícias são as estrelas do noticiário do campo. Manchetes como “operação policial apreende drogas” ou “criminosos são mortos em confronto com a polícia” tentam provar que essas ações ocorreram por conta da “guerra às drogas” – que é a justificativa central das políticas de segurança no Brasil como um todo. Mas sabemos que essas ações atingem só aqueles que têm a *Pele Alvo*.

A “GUERRA ÀS DROGAS” É A  
JUSTIFICATIVA CENTRAL DAS  
POLÍTICAS DE SEGURANÇA NO  
BRASIL COMO UM TODO

No conjunto dos sete estados, os eventos ligados às polícias representam 55%, mas em alguns lugares, como o Rio de Janeiro, elas chegam a 67%. Os **eventos que envolvem armas de fogo**, previsivelmente, ficam em segundo lugar em todos os observatórios.

**Eventos monitorados pela Rede de Observatórios da Segurança  
Agosto de 2021 a julho de 2022**

<b>EVENTOS</b>	<b>BA</b>	<b>CE</b>	<b>MA</b>	<b>PE</b>	<b>PI</b>	<b>RJ</b>	<b>SP</b>	<b>TOTAL</b>
<b>POLICIAMENTO</b>	1.094	620	1.679	1.100	843	3.084	3.622	<b>12.042</b>
<b>EVENTO ENVOLVENDO ARMA DE FOGO</b>	404	136	349	677	496	160	1.063	<b>3.285</b>
<b>FEMINICÍDIO E VIOLÊNCIA CONTRA MULHER</b>	301	185	161	276	136	475	902	<b>2.436</b>
<b>VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES</b>	125	106	93	127	91	244	315	<b>1.101</b>
<b>MANIFESTAÇÃO, GREVE E PROTESTO</b>	84	8	108	64	84	193	485	<b>1.026</b>
<b>VITIMIZAÇÃO DE AGENTES DO ESTADO</b>	36	32	12	15	37	142	100	<b>374</b>
<b>VIOLÊNCIAS, ABUSOS E EXCESSOS POR PARTE DE AGENTES DO ESTADO</b>	18	40	7	5	11	53	127	<b>261</b>
<b>SISTEMA PENITENCIÁRIO E SOCIOEDUCATIVO</b>	15	20	11	9	8	19	124	<b>206</b>
<b>LINCHAMENTO E TENTATIVA DE LINCHAMENTO</b>	16	13	17	24	34	24	39	<b>167</b>
<b>RACISMO E INJÚRIA RACIAL</b>	9	11	8	6	7	42	75	<b>158</b>
<b>SAQUES EM ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS (CORONAVÍRUS)</b>	0	0	0	0	1	0	133	<b>134</b>
<b>VIOLÊNCIA CONTRA LGBTQIA+</b>	10	17	7	22	3	25	44	<b>128</b>
<b>CHACINAS</b>	22	21	5	7	2	40	7	<b>104</b>
<b>AÇÕES E ATAQUES DE GRUPOS CRIMINAIS</b>	15	20	8	2	5	22	3	<b>73</b>
<b>CORRUPÇÃO POLICIAL</b>	0	8	7	0	6	12	13	<b>46</b>
<b>INTOLERÂNCIA RELIGIOSA</b>	2	1	2	2	1	10	2	<b>20</b>
<b>TOTAL POR ESTADO</b>	<b>2.151</b>	<b>1.238</b>	<b>2.474</b>	<b>2.336</b>	<b>1.765</b>	<b>4.545</b>	<b>7.054</b>	<b>21.563</b>

Fonte: Rede de Observatórios da Segurança

No entanto, também impressiona e surpreende a quantidade de notícias veiculadas sobre **feminicídios e demais violências contra mulheres**. Essa, possivelmente, é uma mudança nas pautas de comunicação, pois os fatos relacionados às mulheres entraram definitivamente para a agenda cotidiana. O destaque fica com o Ceará, em que 15% das notícias são sobre violências de gênero, em oposição a apenas 6,5% no Maranhão. É necessário, contudo, fazer análises qualificadas sobre a incidência dessa pauta, pois a presença no noticiário muitas vezes pode representar apenas uma exploração sensacionalista do tema, sem resultar em políticas públicas de proteção.

Foram 2.436 registros monitorados, quase sete casos por dia. São dez categorias de crimes contra mulheres, e tentativa de feminicídio e feminicídio são os maiores registros no banco. De acordo com o relatório *#ElasVivem*, produzido pela Rede em março de 2022, em 65% dos casos de feminicídios e 64% dos casos de agressão, os criminosos eram companheiros das vítimas.

Também é muito relevante que **violências relacionadas a crianças e adolescentes** estejam em quarto lugar em termos de assuntos mais frequentes – mesmo que em número não comparável à relevância do tema na nossa sociedade. Encontramos 1.101 casos entre os eventos monitorados, e assim como as violências contra mulheres, os casos acontecem majoritariamente dentro de casa – local que deveria significar segurança.

Se considerarmos que temos uma das maiores populações penitenciárias do mundo, e considerando também as conhecidas condições degradantes que predominam nos **sistemas penitenciários e socioeducativos**, é bastante surpreendente que apenas 206 casos sobre esse tema tenham sido registrados. Ou seja: não rende manchete em jornal. Prisões são, talvez, o maior caso de invisibilização de problemas no campo da segurança pública. As pautas explodem quando ocorrem rebeliões ou assassinatos – a mídia faz a cobertura com espanto e surpresa – e as mesmas pautas são quase silenciadas quando as condições internas desses mundos ficam aprisionadas, junto à massa carcerária composta majoritariamente por jovens negros abandonados na linha final do sistema de justiça criminal. O mesmo sistema que não enxerga pessoas brancas da mesma forma.

**Chacinas e linchamentos** são indicadores cruciais de nossa humanidade. Em muitos casos, representam recados assinados por grupos armados, sejam de criminosos, de policiais fardados, de grupos clandestinos de extermínio ou de milícias. Sempre que uma chacina é executada, existe um recado para toda a sociedade. O desleixo de governos na elucidação desses fatos e na punição de seus autores é o maior incentivo para sua manutenção. Um caso chocante, que salta aos olhos no monitoramento da Rede, é o registro de 40 chacinas em apenas um ano no Rio de Janeiro. E de 22 chacinas na Bahia e 21 no Ceará.

Os **linchamentos** que conseguimos monitorar foram 167, sendo destaques os 24 casos em Pernambuco e especialmente os 34 no Piauí. Eles são respostas da sociedade que desacredita do sistema de justiça e resolve os problemas com as próprias mãos em um ato bárbaro. As principais vítimas são meninos negros vistos como suspeitos e que mereceriam um corretivo. Estes são julgados e condenados sem presunção de inocência, sem provas, sem defesa.

SEMPRE QUE  
UMA CHACINA  
É EXECUTADA,  
EXISTE UM RECADO  
PARA TODA A  
SOCIEDADE.

Por mais que grande parte dos atingidos por todos os eventos monitorados sejam pessoas negras, as dinâmicas de **racismo**, que de fato é o motor da violência no Brasil, definitivamente não foram ainda entendidas na circulação de notícias como eventos relevantes no cotidiano. Apesar de nosso foco central neste tema, conseguimos registrar apenas 158 casos em que o fato principal foi um ato definido como racismo. A imprensa ainda não nomeia esse crime da maneira correta.

Ainda registramos 128 casos de **LGBTQIA+fobia** e apenas 20 eventos ligados à **intolerância religiosa** – que muitas vezes está fundamentada no racismo religioso. Isto representa uma vergonha para nossa realidade de comunicação sobre violência e segurança. Esses números também mostram que a Rede e várias iniciativas do nosso campo têm um longo caminho pela frente na tarefa de iluminar os fatos que revelam as dinâmicas de nossa principal característica nacional: a violência e o racismo.



VENHA  
PARA  
CASA

OPERAÇÕES  
DE CHOQUE

RJH  
5849

# COMO ENCONTRAMOS AS RESPOSTAS

---

Depois de três anos de existência, mais de mil dias monitorados, sete estados observados cotidianamente, cinco encontros nacionais e diversos relatórios e boletins, a experiência da Rede de Observatórios provou que não só é possível monitorar os acontecimentos diários de segurança pública com o enfoque regional, mas também é necessário. Nesses três anos, nossos números e análises serviram de insumos para matérias de imprensa, projetos de lei e políticas públicas, debates em movimentos e coletivos e, principalmente, nosso trabalho nesses três anos nos permitiu refletir sobre os desafios e complexidades de se produzir dados com fontes alternativas e em diálogo com as realidades locais.

Todos os estados possuem equipes treinadas para capturar informações e registrá-las nos bancos de dados usando critérios idênticos a partir de uma lista de fontes previamente estabelecida. Um registro, por exemplo, de uma rede social, só entra no banco de dados se for confirmado por outras fontes. Usamos uma combinação de rigor metodológico para monitorar e autonomia e criatividade para analisar.

No entanto, a experiência desses anos nos fez perceber que ainda é difícil conseguir informações de qualidade sobre alguns indicadores na imprensa tradicional, nos blogs policiais, nas redes sociais e nos coletivos que atuam em pautas específicas. Por mais que haja um esforço de nossos pesquisadores, algumas informações simplesmente não são produzidas.

Os dados gerados pela Rede de Observatórios não substituem os dados produzidos pelas secretarias de segurança (homicídios, roubos, estupros etc.) e devem ser usados como fontes adicionais de análise para entendermos dinâmicas de violência. Além disso, monitoramos indicadores que as polícias não acompanham, ou não divulgam, como operações policiais, linchamentos, chacinas, violências de agentes de segurança ou corrupção policial. A isso chamamos de produção cidadã de dados, pois nossos números não dependem de governos e polícias.

Desde o início, a Rede de Observatórios se dedicou a analisar 16 aspectos da segurança pública – que podem ser conferidos nesta publicação. Esses indicadores estiveram presentes nos nossos diversos lançamentos ao longo dos anos, bem como nas nossas redes sociais. Porém, a partir do diagnóstico dos nossos últimos três anos e de debates internos que reuniram todos os membros da Rede, iremos, a partir do ano de 2023, reduzir o número de indicadores monitorados.

Essa é uma iniciativa que tem por objetivo dar mais eficiência ao trabalho dos pesquisadores e preparar a Rede para novos desafios que despontam no horizonte. Os últimos anos trouxeram novos temas e regiões para o centro do debate de segurança pública no Brasil, e a Rede buscará se adequar ao novo contexto.

Além do enxugamento dos indicadores já existentes, incluiremos novos temas, como a violência no campo, que é de suma importância para compreensão dos fenômenos que ocorrem em áreas da região Norte e Nordeste do país.

A Rede de Observatórios é uma iniciativa que reúne uma multiplicidade de atores situados em diversos contextos e, por isso, se transforma com o próprio desenvolvimento do trabalho. Mudaremos para os novos tempos que já chegaram, mas sem perder de vista nossa missão de produzir dados e análises com base nos territórios e incidir na realidade de cada estado que compõe a Rede. Mantendo nosso compromisso com a produção cidadã de dados e a narrativa antirracista no debate da segurança pública.

# UMA RESPOSTA PARA MARCOS VINÍCIUS: BRANQUITUDE, VIOLÊNCIA E AS HIERARQUIAS DE HUMANIDADE

*Thales Vieira, coordenador do Observatório da Branquitude*

“Ele não viu que eu estava com roupa de escola?”. Essas foram as últimas palavras de Marcos Vinícius da Silva, de 14 anos, baleado por policiais no Complexo da Maré, Zona Norte carioca, em junho de 2018. Mesmo alvejado, seria possível ter salvado a vida de Marcos, mas os próprios agentes de segurança pública impediram que a ambulância tivesse acesso ao local do fato. Segundo o pai do adolescente, houve um intervalo de mais de uma hora entre a transferência de seu filho da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) para um hospital que pudesse fazer as intervenções adequadas na intenção de preservar-lhe a vida. Vale repetir: Marcos tinha apenas 14 anos.

Esse texto é uma tentativa de responder à derradeira pergunta de Marcos. Afinal de contas, a polícia viu que se tratava de um estudante de 14 anos de idade que, ao se deparar com um tiroteio, resolveu abortar a ida à escola? E que, voltando para casa, tomou um tiro nas costas vindo de um veículo blindado da Polícia Militar? Não, Marcos, ele não viu que você estava com roupa de escola. Porém, ao enxergar a sua pele, ele viu um monte de outras coisas que o impediram, por exemplo, de perceber seu uniforme da rede pública de ensino.

A sua pele preta, Marcos, separa uma linha muito demarcada, mas incomensurável, entre duas zonas, a do *ser*, aquele considerado padrão de humanidade, o sujeito soberano (homem, branco, cis/hétero, cristão, proprietário e sem deficiência) e a zona do *não ser*, o não humano, o indigno de vida. Esses conceitos, mobilizados por Frantz Fanon, servem para refletirmos de que modo vidas negras são ceifadas ainda na infância de forma brutal, ao passo que para vidas brancas é permitido estabelecer trajetórias ditas naturais com as fases de desenvolvimento humano plenamente constituídas.

Ao se pensar políticas de proteção, promoção de direitos humanos e prevenção de violência a partir das experiências da zona do *ser*, produziu-se um aparato normativo de formulação de políticas públicas e arcabouço jurídico incapaz de reagir de forma satisfatória “e responder às violências que se manifestam na zona do *não ser* e fez da afirmação do *não-ser* a condição de possibilidade que sustenta a humanidade como atributo exclusivo da zona do *ser*.” (PIRES, 2018)

O revoltante assassinato sofrido por Marcos e as (cada vez mais) recorrentes chacinas perpetradas pelas forças de segurança são alimentadas pelos elementos simbólicos dessa dominação racial. Se temos certeza de que um morador de

O RACISMO ORGANIZA A SOCIEDADE BRASILEIRA AO DETERMINAR QUE SOMENTE AOS BRANCOS – OU A ZONA DO SER – A HUMANIDADE É INTEGRALMENTE VIVIDA

Ipanema não seria submetido a essa mesma violência, é porque partilhamos valores de que aquilo não poderia ter sido feito a um semelhante, a um humano, a um branco. O racismo organiza a sociedade brasileira ao determinar que somente aos brancos – ou a zona do ser – a humanidade é integralmente vivida.

O processo de desumanização a que os negros são submetidos há alguns séculos nessas terras é irmão siamês de toda violência descomunal que lhe é perpetrada. Ora, se há um modelo ideal de humanidade que é uma contraposição a quem eu sou, logo minha vida é indigna e o meu corpo indesejado. Aqui mora o casamento entre as percepções simbólicas criadas pelos brancos a partir do modelo único de humanidade e a materialidade brutal do racismo diário. Nesse sentido, existe uma simbiose entre aquilo que está na ordem ideológica do sistema de dominação racial e a tangibilidade desse sistema, seja através do monopólio das instituições, dos símbolos e dos postos de maior estima social, seja em sua face mais perversa, como nos assassinatos de Marcos, Moïse, Marielle, Miguel, Ágatha e nos próximos que infelizmente ainda virão.

A VIOLÊNCIA,  
PORTANTO,  
ATUA COMO UM  
INSTRUMENTO DE  
GARANTIA DAS  
HIERARQUIAS  
DE HUMANIDADE  
ENTRE BRANCOS  
E TODOS OS  
OUTROS CORPOS  
INDESEJADOS

A violência, portanto, atua como um instrumento de garantia das hierarquias de humanidade entre brancos e todos os outros corpos indesejados, racializados e que são, por não humanos, indignos de vida. Mas ora, o que está oculto nestas classificações de humanidade por parte da branquitude é que, ao criar gradientes de humanidade, também está, em contraposição justa, colocando em xeque a sua própria. Ao racializar o outro, é inevitável que o outro lhe racialize.

Nesse sentido, é muito bem-vinda a emergência de estudos sobre branquitude e o debate sobre privilégio branco, pois eles são a outra face da moeda do extermínio da população negra, pois não há maior benefício do que poder enxergar o mundo através de uma lente que confere a si mesmo o referencial daquilo que é desejado.

O reconhecimento do privilégio branco e a ação sobre ele expressam a via de reconstituição daquilo que entendemos como humanidade. Uma agenda sistemática de pesquisas e escrutínio sobre a branquitude brasileira nos ajudará a revelar as nuances e as características do poder, da dominação e da violência no Brasil.

Pensar em uma reversão do cenário atroz de violência que essa publicação apresenta é apostar em uma restauração radical das percepções sobre o sujeito universal. Examinar a branquitude em sua base e fazer um chamamento à responsabilização de pessoas brancas é uma forma de destituir a universalidade da zona do ser e tornar intragáveis políticas públicas que neguem a humanidade de não brancos.

Marcos merece que a sociedade possa constituir novos pactos de convivência em que as pessoas brancas reflitam sobre sua branquitude, a sua zona do ser, e se responsabilizem por meio de ações concretas de democratização do acesso a direitos e de uma vida plenamente vivida. A sobre-representação branca em espaços de poder, somada ao aparato normativo baseado exclusivamente na experiência branca no mundo, faz com que seja impraticável a formulação de políticas que não hierarquizam as humanidades.

**BAHIA**

**JUSTIÇA PO  
ALEXANDRE  
CLEVERSON  
E PATRICK**

**DIGNIDADE PARA  
GAMBOA DE BAIXO!**



ASSOCIAÇÃO DE MORADORES  
AMIGOS DE GEGÊ DA  
GAMBOA DE BAIXO



# GUERRA ÀS DROGAS GARANTE PRIVILÉGIOS DA BRANQUITUDE

A Bahia, estado que possui mais pessoas negras fora do continente africano, tem tido no projeto de segurança pública a política de “guerra às drogas” como estratégia de manutenção dos privilégios da branquitude. A maioria da população negra teve sua imagem, fenótipo e cor/raça associados aos estereótipos de “suspeito”, “perigoso”, “bandido”, por meio desse processo de desumanização. Portanto, passível de ser morta, contida, presa e torturada pelo Estado. O que garante a manutenção do poder a uma minoria branca, detentora de maiores rendas, empregos e qualidade de vida. Já as pessoas negras estão representadas nas estatísticas de morte, prisões e seguem sendo as maiores vítimas da violência.

Quando fazemos a análise do campo da segurança pública brasileira, é possível observar que historicamente o marcador raça foi estrategicamente invisibilizado na construção das políticas de segurança – mesmo o índice de morte da população negra sendo superior ao de pessoas brancas. É isso que se reflete nos dados que apresentamos neste relatório através do monitoramento da Rede de Observatórios da Segurança. Destacamos quatro indicadores para refletir a espacialização, as dinâmicas de violência e o racismo na cidade de Salvador: **policciamento; chacinas e tentativas de chacinas; violências, abusos e excessos por parte de agentes do Estado; vitimização de agentes do Estado.**

AS PESSOAS  
NEGRAS ESTÃO  
REPRESENTADAS  
NAS ESTATÍSTICAS  
DE MORTE,  
PRISÕES E SEGUEM  
SENDO AS MAIORES  
VÍTIMAS DA  
VIOLÊNCIA

## Dez bairros de Salvador com mais ações de policiamento - agosto de 2021 a julho de 2022

BAIRRO	NÚMERO DE EVENTOS
FAZENDA COUTOS	9
PERIPERI	8
MATA ESCURA	8
TANCREDO NEVES	7
PERNAMBUEÍS	7
VALÉRIA	6
BROTAS	6
ÁGUAS CLARAS	6
PITUBA	4
PARIPE	4

Fonte: Rede de Observatórios da Segurança

Fazenda Coutos, Periperi, Mata Escura, Tancredo Neves, Pernambués, Valéria, Brotas, Águas Claras, Pituba e Paripe são os dez bairros com mais ações de policiamento na capital. Os três primeiros do índice são territórios reconhecidamente pobres e negros, que podem ser analisados a partir dos desdobramentos de políticas de embranquecimento implementadas no início do século XX, que acabaram por direcionar, de maneira negativa, parte da população negra para regiões periféricas dos centros urbanos, apontando-as como produtoras da criminalidade e do risco.

A Pituba, único bairro majoritariamente branco citado entre os dez, não traz o estigma de ser um bairro “perigoso”. Mesmo que a região apareça com altos índices de uso/porte de substâncias entorpecentes, nenhuma morte violenta foi registrada segundo a pesquisa *Mesmo que me negue, faço parte de você*, da Iniciativa Negra.

A pesquisa também demonstra que, na Bahia, existe uma relação direta entre o direito à cidade e o racismo. Nos bairros com maiores índices de ocorrências e de população majoritariamente negra não existem equipamentos de cultura mantidos pelo Estado. Assim como a circulação de transportes, o acesso ao lazer e à escola, que também deveriam ser mediados pela segurança pública. No entanto, não é possível acessar esses direitos por meio de trocas de tiros e operações policiais nessas comunidades.

As expressões da cultura negra e periférica, como os “paredões”, que em certo momento foram proibidos pelo atual do governador do estado, seguem sendo criminalizadas e constantemente têm sofrido com a violência policial.

Como visto na Chacina da Gamboa, que tirou a vida dos jovens Alexandre Santos dos Reis, Cleverson Guimarães e Patrick Souza Sapucaia, na madrugada do dia 01 de março, em Salvador, durante o Carnaval. Testemunhas relataram que os policiais chegaram na comunidade atirando para cima e falando para que eles fossem “até a mídia”. Chama atenção o fato de que um dos jovens havia sido torturado no ano anterior pelo mesmo policial que participou da operação. O bairro da Gamboa sofre constantes pressões e violências por conta do racismo ambiental, das ações violentas da polícia e da especulação imobiliária – já que a comunidade pesqueira está em um espaço vizinho a grandes empreendimentos imobiliários e com vista para a Baía de Todos os Santos.

A Bahia tem o segundo maior índice de **chacinas** em dinâmicas ocorridas em ações policiais, com 15 vítimas fatais, ficando atrás apenas do estado do Rio de Janeiro. Dentre essas 15 vítimas, 13 foram do sexo masculino e 5 foram pessoas negras.

As comunidades negras estão em risco constante e são alvos de autoridades, como do governador do estado da Bahia, Rui Costa (PT), que após a morte de três policiais militares em Salvador, no bairro de Águas Claras, em maio deste ano, autorizou o uso de “força máxima” de segurança. Dessa forma, a polícia intensificou o policiamento na região em busca dos suspeitos de envolvimento no caso. Desde o início da operação, que perdurou uma semana, quatro homens considerados suspeitos morreram.

Segundo o monitoramento da Rede de Observatórios, a Bahia é o segundo estado do Nordeste com mais **agentes de segurança vitimizados**: mais de 30 profissionais de segurança baianos sofreram violência entre agosto de 2021 e julho de 2022. As mortes dos policiais militares expressam também o fracasso da atual política de Segurança Pública adotada no estado. O estado lidera a estatística de mortes em ações de policiamento no Nordeste: foram 55 mortes registradas e 10 feridos. Estamos diante de um quadro que aponta os policiais como executores legitimados pelo Estado.

Onde a repreensão ao tráfico de drogas continua sendo a principal justificativa para agir, ocorreram 279 ações diretas. Dentre os estados monitorados pela Rede de Observatórios, a Bahia é o estado que possui a segunda maior quantidade de apreensão de maconha em ações de policiamento, em torno de 244, que equivalem a 15% do total de drogas apreendidas no local.

No mesmo período, a Polícia Militar se destaca como a principal força envolvida nas 1.094 ações de policiamento, estando presente em 623 dessas ações. A Polícia Civil é a segunda mais presente, estando em 405 ações, e a Polícia Rodoviária Federal em 123 ações.

Esses dados dão indícios de que a chamada “guerra às drogas” nada mais é do que uma guerra a determinados corpos, sujeitos e territórios. A cobertura dos meios de comunicação hegemônicos distingue, sem dar nomes, os territórios que serão criminalizados dos territórios que devem ser considerados intocáveis.

AS MORTES  
DOS POLICIAIS  
MILITARES  
EXPRESSAM  
TAMBÉM O  
FRACASSO DA  
ATUAL POLÍTICA  
DE SEGURANÇA  
PÚBLICA

A CHAMADA “GUERRA ÀS  
DROGAS” NADA MAIS É DO QUE  
UMA GUERRA A DETERMINADOS  
CORPOS, SUJEITOS E  
TERRITÓRIOS



**CEARÁ**

# A NATURALIZAÇÃO DAS VIOLÊNCIAS

O ano de 2021 foi o segundo menos violento dos últimos dez anos com 3.300 casos, ficando atrás somente de 2019, quando foram contabilizados 2.257 assassinatos. A redução dos números globais, contudo, não implica em um cotidiano menos violento.

As **chacinas** foram naturalizadas nas periferias, tornando-se parte de um contexto social que já não causa comoção como antes. Os dados do Observatório da Segurança do Ceará revelam que, no período da amostra, 21 ocorrências do gênero foram registradas no estado. O caso de maior repercussão ocorreu no bairro Sapiranga, em Fortaleza: cinco pessoas foram mortas e seis ficaram feridas em uma chacina ocorrida no dia de Natal.

Os tiroteios em massa não são exclusividades da capital. Em outubro de 2021, quatro pessoas foram executadas a tiros em Guaraciaba do Norte, município distante 325 km de Fortaleza. Na zona rural de Caucaia, cinco homens foram assassinados e duas mulheres ficaram feridas. Em Chorozinho, também na Região Metropolitana de Fortaleza, quatro adolescentes, com idades entre 15 e 18 anos, foram executados na zona rural. Ou seja: a barbárie está em curso.

O Ceará é o estado com o maior número de registros de **corrupção policial** monitorados na região Nordeste, com oito ocorrências. O Ministério Público do Estado do Ceará denunciou 26 policiais civis, entre eles três delegados, por suspeita de integrarem uma organização criminoso instalada na Divisão de Combate ao Tráfico de Drogas. O crime se organiza a partir de uma relação promíscua justamente com aquelas pessoas que deveriam atuar no sentido da prevenção e do combate à criminalidade.

Após atingir seu ápice em 2019, as **ações e os ataques de grupos criminais** se mantêm como um desafio permanente à sociedade cearense. O Ceará também lidera esse tipo de ocorrência na comparação com os demais estados nordestinos. Foram 20 registros monitorados pela Rede de Observatórios que compreendem casos como extorsão, controle de serviços como água e internet, expulsão de moradores de suas residências bem como disparos contra prédios públicos.

As agressões do DJ Ivis contra sua própria esposa ganharam repercussão nacional, chamando atenção para um problema crônico no estado: **a violência contra a mulher**. Em 2021, foi registrada uma média de duas denúncias de violência doméstica e familiar por hora, conforme a Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará. Os dados do Observatório permitem analisar esse fenômeno com maior detalhamento:

O CRIME SE ORGANIZA A PARTIR DE UMA RELAÇÃO PROMÍSCUA JUSTAMENTE COM AQUELAS PESSOAS QUE DEVERIAM ATUAR NO SENTIDO DA PREVENÇÃO E DO COMBATE À CRIMINALIDADE

### Tipos de violência contra a mulher nos estados do Nordeste - agosto de 2021 a julho de 2022

	BAHIA	CEARÁ	MARANHÃO	PERNAMBUCO	PIAUI
<b>Cárcere privado</b>	10	10	5	4	4
<b>Tortura</b>	5	8	2	2	6
<b>Transfeminicídio</b>	1	7	2	13	0
<b>Sequestro</b>	2	5	0	0	0

Fonte: Rede de Observatórios da Segurança

O Ceará ocupa a segunda posição em transfeminicídios no período, atrás apenas de Pernambuco. Em fevereiro deste ano, um ato promovido pela Associação de Travestis e Mulheres Transexuais do Estado do Ceará cobrou medidas mais eficazes no enfrentamento à transfobia.

Há uma maior visibilidade de denúncias de **racismo**. Foram 11 casos identificados, o maior número entre os cinco estados do Nordeste. Episódios como o da delegada da Polícia Civil, Ana Paulo Barroso, vítima de racismo em uma loja da Zara em Fortaleza, mostram que a discriminação pela cor da pele vai além da condição socioeconômica das vítimas.

Essa prática está tão entranhada na sociedade e, em especial, na atividade policial que, utilizando o reconhecimento facial, a polícia colocou o ator norte-americano Michael B. Jordan na lista de suspeitos de uma chacina ocorrida em Fortaleza.

RESPEITEM A NOSSA  
EXISTÊNCIA  
OU ESPEREM  
RESISTÊNCIA

MARANHÃO

# MODELO DE SEGURANÇA REATIVO TEM COMO ALVO A JUVENTUDE PRETA

As dinâmicas acompanhadas no primeiro ano de monitoramento de 16 indicadores no Maranhão, apontam para observações alarmantes sobre os caminhos escolhidos para a condução das políticas de segurança. A lógica tem sido a valorização de um modelo reativo, focado no embate bélico ao crime e que acaba por reproduzir violências contra grupos específicos (jovens, negros e moradores dos bairros periféricos do estado). Tal direcionamento tem impedido que o tema seja tratado como uma política social fundamental para a construção de um país que preza por princípios verdadeiramente democráticos.

Neste primeiro ano, foram monitorados 2.474 eventos relacionados à segurança e violência no Estado. E, desses eventos monitorados, 1.679 foram relacionados ao indicador **policciamento** – que representa 67,9% de todos os registros. Foram 49 mortes, duas de crianças e adolescentes e 19 feridos nestas ações. Analisando esses números é possível afirmar que o governo tem entendido segurança como sinônimo de policiamento e repressão.

No Maranhão, as ações policiais são voltadas principalmente para operações de “combate ao tráfico de drogas”. Tais operações se ocupam majoritariamente em reprimir e encarcerar pequenos varejistas que atuam em bairros de baixa renda, com apreensão de quantidades de drogas muito pequenas. Os efeitos mais nefastos dessas operações, justificadas pelo falso discurso de “guerra às drogas”, tornam-se evidentes no abarrotamento das cadeias e no policiamento militarizado nas periferias, cujo alvo prioritário é a juventude pobre, preta e periférica.

O modelo bélico e militarizado também coloca em risco a vida dos agentes de segurança. No período observado foram registrados 12 eventos relacionados à **vitimização de agentes do Estado** no Maranhão. Oito foram no contexto de homicídios e execuções e dois foram suicídios. Apenas um deles ocorreu quando o agente estava em serviço. O que pode indicar que, mesmo quando não estão trabalhando, apesar de estarem mais vulneráveis, policiais continuam agindo como se estivessem de farda.

Vale ressaltar que os assassinatos de policiais no Maranhão são seguidos de ondas de execuções e assassinatos nas periferias. As características e o *modus operandi* que se repetem nesses eventos dão fortes indícios da atuação de grupos de extermínio formados por agentes da área de segurança, atuando na clandestinidade, realizando expedições de vingança.

Também chama atenção nesse período os números da **violência contra a mulher**, sendo este o terceiro indicador mais monitorado no estado. Foram registrados 161 eventos, 75 se configuraram como tentativa de feminicídio e 42 como feminicídios.

MESMO QUANDO  
NÃO ESTÃO  
TRABALHANDO,  
APESAR DE  
ESTAREM MAIS  
VULNERÁVEIS,  
POLICIAIS  
CONTINUAM  
AGINDO COMO SE  
ESTIVESSEM DE  
FARDA



A maior parte desses crimes foram cometidos por companheiros e ex-companheiros. Quando as motivações são informadas, as que mais aparecem são as brigas e os termos de relacionamento. Vale destacar que, no contexto da pandemia, essa violência foi intensificada devido ao maior tempo de convívio doméstico – o que dificultou ainda mais a atuação de redes de proteção à mulher que combatem a violência doméstica.

Ainda em relação a violência no âmbito doméstico, destacam-se também aquelas cometidas **contra crianças e adolescentes**. Os tipos mais comuns são a violência sexual e o estupro, que tiveram 44 registros, representando quase a metade do total dos 93 eventos violentos contra crianças e adolescentes que monitoramos. A violência sexual e o estupro estão relacionados às dinâmicas da violência doméstica – contexto que, assim como o anterior, foi fortemente impactado pela pandemia, pois crianças e jovens ficaram fora da escola e tiveram um maior tempo de permanência no ambiente domiciliar.

Também foram monitorados 24 eventos violentos em que crianças e adolescentes foram vítimas de homicídios, destacando-se como a segunda maior forma de violência contra criança e adolescente registrada no Maranhão. Estes casos de homicídios, em geral, não se diferem da dinâmica dos homicídios entre adultos, com uma concentração desproporcional entre pretos e pobres do sexo masculino e estão geralmente relacionados ao conflito entre facções criminosas.

No Maranhão, facções como Primeiro Comando da Capital (PCC), Comando Vermelho (CV) e Bonde dos 40 (B.40) têm expandido a sua atuação para além da capital e da região metropolitana, alcançando também as pequenas e médias cidades do interior do estado. Nesse contexto de expansão e disputa violenta entre estas organizações, cada vez mais crianças e adolescentes são recrutados para os seus quadros.

Poucos foram os registros de **violência contra a população LGBTQIA+**, no total foram sete. No entanto, isso não significa que esse tipo de evento é incomum no estado. Muito possivelmente estamos diante de uma subnotificação, uma vez que esses números podem refletir o pouco interesse tanto do Estado quanto da imprensa sobre a questão. Desses, cinco eventos tiveram como tipo de violência o homicídio e o transfeminicídio. O que pode levar à afirmação que a violência homofóbica quando chega no espaço público aparece mediante o signo da morte.

A VIOLÊNCIA HOMOFÓBICA  
QUANDO CHEGA NO ESPAÇO  
PÚBLICO APARECE MEDIANTE O  
SIGNO DA MORTE

# PERNAMBUCO



# QUANTO VALE A VIDA DE UMA MULHER?

Entre agosto de 2021 e junho de 2022, a Rede de Observatórios da Segurança registrou 2.436 casos de **violência contra a mulher**, que incluem dados de feminicídio, tentativas de feminicídio, transfeminicídios, violência sexual, estupro, agressões, entre outros. Mesmo existindo legislações no Brasil que se destinam à prevenção, à proteção e à responsabilização desse tipo de violência, mulheres (cis e trans) seguem sendo violentadas e assassinadas cruelmente. Só no estado de Pernambuco, neste mesmo período, 73 mulheres foram vítimas de feminicídio e outras 81 sofreram tentativas de feminicídio e agressões físicas. Em geral, como observado em outros estados, os agressores são seus companheiros e ex-companheiros.

Essa violência ao feminino e sua forma cruel de exercê-la também ocuparam um triste destaque sobre os corpos de mulheres trans e travestis. Em Pernambuco, foram registrados 13 casos de transfeminicídios e uma tentativa de execução, todas motivadas pelo ódio e pela desumanização desses corpos. Se o feminino representa aquilo que é desvalorizado socialmente, quando é representado em corpos trans e travestis, a sociedade patriarcal se sente no direito de invisibilizar essas vidas e a existência dessa violência. Nos próprios dados divulgados pela Secretaria de Defesa Social do estado, essas mortes não constam como transfeminicídios, pois o termo não é reconhecido pelo governo em suas estatísticas.

Infelizmente, tamanha violência segue como exemplo do que o patriarcado ensina todos os dias: o controle sobre os corpos das mulheres, nem que seja pela força. Tal fato pode ser observado na morte de Débora Siqueira, de apenas 20 anos, assassinada a tiros, em Caruaru, pelo ex-namorado, um policial militar, após o término do relacionamento. Ou a de Rany Fada, mulher trans morta a pedradas, em maio de 2022, no sertão de Pernambuco. Situação que desvela a crueldade e a desumanização do feminino, marca registrada desse tipo de crime. Ao analisar os dados, observa-se que pessoas próximas das vítimas do feminicídio se tornam alvos da letalidade. Como, por exemplo, no caso de Lízia Regina de Albuquerque, morta pelo ex-companheiro, junto ao namorado de sua filha, que também foi baleada.

Dos sete estados monitorados pela Rede de Observatórios de Segurança, Pernambuco, no que se refere à feminicídios, só perde em números absolutos para o estado de São Paulo. Entre os estados do Nordeste, ocupa o primeiro lugar nesse tipo de crime. Já sobre transfeminicídios, tem o maior número de casos de todos os estados monitorados, como podemos verificar no quadro abaixo:

	BAHIA	CEARÁ	MARANHÃO	PERNAM- BUCO	PIAUÍ	RIO DE JANEIRO	SÃO PAULO
<b>FEMINICÍDIO</b>	66	33	42	73	42	73	100
<b>TRANSFEMINICÍDIO</b>	1	7	2	13	0	3	0

Fonte: Rede de Observatórios da Segurança

É desolador monitorar estes números e conviver, diariamente, com a violência de gênero prevalecendo sobre o respeito e a proteção dos corpos femininos em nossa sociedade. Lembrando que, no caso dos feminicídios, grande parte deles acontece no lugar onde, em tese, as mulheres deveriam se sentir mais seguras: suas próprias casas. Foi em sua residência que 28% foram mortas por armas de fogo e 72% por outros meios. Ao lançarmos o olhar para os transfeminicídios, nos deparamos também com a morte social, praticada pelo apagamento de suas identidades.

Quanto vale a vida de uma mulher?

# PIAUI



# A ESCALADA ININTERRUPTA DA VIOLÊNCIA

Há um ano o Piauí foi incluído no monitoramento da Rede de Observatórios da Segurança Pública. Desde então, observamos um cenário crescente de violência(s) e insegurança. O estado apresenta o terceiro maior registro de **eventos envolvendo armas de fogo** entre os sete estados monitorados e é o segundo no Nordeste. Quando olhamos as ações de **policciamento** na região, fica atrás apenas da Bahia e de Pernambuco, com 843 registros. Mesmo o estado tendo o menor contingente policial do Brasil, com apenas 6 mil policiais para atuar nos 224 municípios.

Aliás, o baixo número de policiais causa uma série de problemas. Metade desses agentes está na capital Teresina e o restante se divide entre os demais municípios. O que deixa um terreno propício para a interiorização do crime. O que percebemos é que não há um plano de segurança e que a polícia trabalha às cegas. Proporcionalmente, o número de **vitimização de agentes do Estado** no Piauí, com 37 registros, é maior que em São Paulo, que teve 100 casos, porque por lá a tropa chega a 50 mil homens.

A polícia do Piauí é historicamente violenta. O Estado tem pouco controle sobre a instituição. As corregedorias não são suficientes para vetar a brutalidade das ações policiais que focam nas regiões de periferia com maior densidade populacional. Em Teresina, por exemplo, uma das concentrações de ações de policiamento se dá na Zona Sul, distante 15 minutos de carro do centro da cidade, região que aparece nos meios de comunicação televisivos e jornais online como um bairro inseguro, violento, com constantes registros de homicídio e de tráfico de drogas.

Os eventos nos bairros periféricos evidenciaram uma face da insegurança, do medo e das ações violentas contra pessoas que vivem em condições de desigualdade social. São áreas povoadas por ocupações urbanas irregulares – que em outros lugares recebem o nome de favela, mas em Teresina são chamadas de vilas – habitadas por pessoas de baixa renda e que acabaram ocupadas, em um primeiro momento, por “galeras” e, atualmente, por grupos criminais. Nesses locais, a polícia invade as casas sem mandado e pratica espancamentos e torturas. Há também denúncias da atuação de milícias.

Dessa forma, a população teresinense, em especial os mais jovens, vive na presença constante da violência, tendo as forças coercitivas do Estado e as organizações criminais como os principais agentes de processos de violência.

Em relação à categoria **violência contra crianças e adolescentes**, o Piauí tem casos de repercussão nacional. Em janeiro de 2021, uma menina de 10 anos engravidou após um estupro praticado pelo primo de 25 anos na zona rural da capital. O aborto legal não foi autorizado pela família. Um ano depois, a mesma criança, agora com 11 anos, foi novamente violentada, dessa vez

HÁ UMA FALHA ENORME EM TODA A REDE DE PROTEÇÃO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES QUANTO AOS CASOS DE VIOLÊNCIA SEXUAL

por um tio, e encontra-se grávida de quase dois meses. De novo, a mãe não autorizou a interrupção legal da gestação. Há uma falha enorme em toda a rede de proteção a crianças e adolescentes quanto aos casos de violência sexual.

Já os casos de feminicídios e **violência contra mulher** monitorados evidenciam outra dimensão da violência, igualmente preocupante. No período analisado, foram registrados 136 casos. Quando olhamos para dentro do estado, essa violência cresce ano a ano sem que existam ações ou um plano para a resolução da questão. As mulheres enfrentam diversas situações de violências, insegurança e desproteção.

Os dez bairros da capital que apresentaram maior incidência de casos de violência contra mulher estão localizados na Zona Sudeste da cidade, periferia de Teresina. Os eventos com maior registro foram: tentativa de feminicídio/agressão física, com 69 ocorrências, o próprio feminicídio, com 42, e violência sexual/estupro, com 23. Os dados exprimem uma realidade que há tempos vem se mostrando abissal para os piauienses. Dessa forma, por meio desta análise, visamos contribuir com incidência em políticas para os segmentos sociais e áreas aqui mencionadas com intenção de mitigar o aumento exponencial das dinâmicas de violência no estado.

É preciso destacar o alto número de **linchamentos**. O Piauí é o segundo do país e o primeiro do Nordeste em eventos envolvendo duas ou mais pessoas que agredem outra – podendo ou não levar à morte. Foram 34 crimes deste tipo. E é sabido que quando policiais vão atender esse tipo de ocorrência, primeiro batem no sujeito que já foi vítima de espancamento e depois tomam as medidas necessárias. Com isso, podemos dizer que José de Souza Martins tem razão quando diz que a maior parte dos casos de linchamento tem a participação de agentes públicos.

OS DADOS EXPRIMEM UMA REALIDADE QUE HÁ TEMPOS VEM SE MOSTRANDO ABISSAL PARA OS PIAUIENSES

O estado teve ainda três eventos registrados de **violência contra LGBTQIA+** no período de monitoramento da violência. Sabemos que esse número baixo carrega consigo a subnotificação de casos invisibilizados pela imprensa. Em decorrência das ações do Observatório da Segurança do Piauí, coordenado pelo Núcleo de Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes e Jovens da Universidade Federal do Piauí, o governo lançou em junho de 2022, por meio da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Piauí, o primeiro protocolo estadual: *Protocolo Cidadão de Produção de Dados de Violência Contra LGBTQ - Tirando os dados do Armário*. A iniciativa é um avanço significativo. Precisamos ter real noção do problema para que ele deixe de existir.



OBSERVATÓRIO  
CIDADE  
INTEGRADA

JACAREZINHO  
PEDE

**PAZ**

[observatoriocidadeintegrada.org.br](http://observatoriocidadeintegrada.org.br)

**RIO DE JANEIRO**

# VELHOS ERROS LEVAM A RECORDES DE MORTE

---

No dia 09 de setembro deste ano, o ex-chefe da Polícia Civil e candidato a deputado federal Allan Turnowski foi preso acusado de envolvimento com o jogo do bicho e por fazer parte de esquemas criminosos, como o planejamento da morte do bicheiro Rogério de Andrade e a interferência em investigações policiais para prejudicar adversários políticos. Mas Turnowski já havia tido destaque no noticiário anos antes. Ele estava à frente da Polícia Civil quando declarou que a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 635 (ADPF das Favelas) – decisão da Suprema Corte brasileira que restringe operações policiais em favelas enquanto durar a pandemia de coronavírus – não seria mais cumprida.

Neste último ano de monitoramento da Rede, o Rio de Janeiro seguiu sendo um dos estados com o maior número de registros de eventos. Foram 4.545 casos, ou 21% do total para os sete estados. Os registros de **ações de grupos criminais**, apesar de pouco expressivos numericamente (22 eventos nos últimos 12 meses), apontam para mudanças que já temos observado nos últimos anos. São casos de extorsão de comerciantes, como os que têm ocorrido na região do Rio das Pedras, um dos berços das milícias, e outros de construção de barricadas que atrapalham o deslocamento dos moradores e o patrulhamento dos policiais, como o que registramos em Bangu. Além de toques de recolher, disputas de territórios entre milicianos e grupos do tráfico, como em Del Castilho e Inhaúma e, a cobrança por serviços controlados por milicianos ou por operadores do tráfico, como registramos no Morro do Dezoito.

A consolidação e a expansão do controle de grupos milicianos em territórios da Zona Oeste do Rio de Janeiro foram acompanhadas do progressivo crescimento de territórios do interior do estado sob controle de grupos do tráfico. Nessa expansão, confrontos, tiroteios e mortes são certezas que deixam vulnerável uma parcela expressiva da população. O aumento nos lucros desses grupos criminais vem não só do aumento territorial, mas também da diversificação de atividades criminosas, sendo rotineiro acompanharmos casos de grupos do tráfico se dedicando a atividades que anteriormente eram executadas apenas por milicianos e vice-versa.

As polícias fluminenses assistem a esse processo e respondem de maneiras muito diferentes a depender do grupo criminoso. Sabemos que realizam menos operações policiais em áreas de milícias e que a letalidade policial se concentra especialmente em regiões de domínio do tráfico. Essa lógica vem se aprofundando nos últimos anos.

Nesses últimos 12 meses, assistimos a um aprofundamento na lógica do confronto. Em outubro de 2020, após quatro meses de reduções históricas no número de ações policiais no Rio, Allan Turnowski deu a senha que levaria o Rio de volta ao patamar de mais de cem mortes por mês. Em entrevista ao Jornal O Globo, o ex-chefe de polícia disse que a decisão do Supremo Tribunal Federal não impediria a realização de operações no Rio porque o estado vivia em situação de “exceção”.



Após a fala, o estado registrou as duas maiores **chacinas** em operações policiais na história do Rio de Janeiro: no Jacarezinho, em 2021, com 27 mortos, além de um policial, e na Vila Cruzeiro, em 2022, com 23 mortos. A violência vai além desses recordes: se somarmos todas as mortes registradas nos cinco estados do Nordeste que compõem a Rede mais o estado de São Paulo, totalizam 281 mortos em 12 meses. No Rio de Janeiro esse número totalizou 306 mortes.

#### Vitimização em ações de policiamento agosto de 2021 a julho de 2022 (%)

	Bahia	Ceará	Maranhão	Pernam- buco	Piauí	Rio de Janeiro	São Paulo
<b>MORTOS</b>	9,57	2,09	8,52	4,52	1,04	52,35	21,91
<b>MORTES DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES</b>	8,33	0,00	16,67	0,00	16,67	41,67	16,67
<b>FERIDOS</b>	2,71	1,90	5,15	5,15	2,44	63,14	19,51

Fonte: Rede de Observatórios da Segurança

No Rio, 27,8% das operações são motivadas por cumprimentos de mandados e 21,9% por repressão ao tráfico de drogas. Dessas operações só 21,3% resultam em prisões. Enquanto São Paulo, com menor registro de operações que o Rio de Janeiro (750), consegue registrar 35,7%..

#### Prisões e apreensões de adolescentes em ações de policiamento agosto de 2021 a julho de 2022 (%)

	Bahia	Ceará	Maranhão	Pernam- buco	Piauí	Rio de Janeiro	São Paulo
<b>PRISÃO</b>	7,19%	4,52%	14,51%	8,79%	7,88%	21,36%	35,75%
<b>APREENSÃO DE ADOLESCENTES</b>	4,87%	6,33%	11,36%	14,45%	6,17%	19,64%	37,18%

Fonte: Rede de Observatórios da Segurança

O Rio de Janeiro precisa de uma mudança de rumos na segurança pública o quanto antes. Repetir os velhos erros e investir em ações policiais violentas, com violações dos direitos humanos, sem inteligência ou investigação nos trouxe até aqui. Temos registrado recordes de mortes promovidas por policiais e, ao mesmo tempo, visto o crime se expandir e diversificar sua atuação, mantendo parcelas expressivas da população sob o controle violento e a exploração financeira. A violência policial vem acompanhada da corrupção quando a proteção à vida passa a ser um serviço a ser vendido e não garantido pelas forças do Estado. Quem paga mais, leva.



ABAIX  
CULTU  
DO  
ESTI

ESTUPRADO  
É UM FILHO  
SAUDÁVEL DO

FORÇA  
NÃO O  
A CADA  
MINUTOS  
É

COMO  
AOS  
NAO

JUN  
ab

SÃO PAULO

# ONDE NOSSAS CRIANÇAS ESTARÃO SEGURAS DO MACHISMO?

---

A proteção das crianças e dos adolescentes e a garantia de seus direitos resultam de uma série de mobilizações sociais e de normas elaboradas nos âmbitos internacional e nacional, que regulam, que trazem recomendações e fundamentam o mundo ideal. No Brasil, temos um conjunto de leis direcionadas a esse grupo, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que dispõe:

*Art. 5º - Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.*

Pensando em uma federação, os municípios, estados e a própria União têm o compromisso de atuar para garantir políticas públicas que promovam proteção e cuidado às crianças e aos adolescentes, inclusive na conscientização deles e dos responsáveis em relação aos seus direitos e sobre como identificar tratamentos inadequados, abusos, e assim encontrar meios para denunciar.

Apesar da nossa Constituição Federal prever garantias fundamentais do ECA, de tratados temáticos assinados e de todos os esforços multidimensionais ao longo dos anos, houve aumento de 15% no número de registros de **violência contra crianças e adolescentes** entre 2021 e 2022 em São Paulo. A violência sexual e estupro lideram os casos e concentram 30% das ocorrências, sendo que em segundo lugar está a agressão física, com pouco mais que a metade, totalizando 18%. Pensando na autoria, 43% dos que exercem esse abuso da força física e psicológica são pais, padrastos, mães ou madrastas.

Já para os crimes sexuais, esses mesmos protagonistas compõem 36%, enquanto conhecidos e outros familiares somam 31%. Ou seja, 68% dos criminosos que invadiram os corpos de crianças e adolescentes com finalidades sexuais – no estado de São Paulo – são pessoas do convívio, afeto e confiança das vítimas.

Esses números revelam a realidade violenta em que parte dos brasileiros menores de 18 anos são submetidos. Afinal, de onde deveria vir o suporte e o amor, abusos acontecem e traumas são criados. Em março de 2021, um caso não excepcional expôs essa vulnerabilidade: um pai engravidou a filha de 12 anos. Esse caso registrado em Limeira, interior de São Paulo, confirmou que a grande maioria dos abusos acontecem em casa.

Outros eventos chamaram a atenção por terem ocorrido em espaços que supostamente abrigam pessoas de caráter inquestionável como a escola e a igreja. Embora sejam exceções, é inaceitável que líderes religiosos e professores utilizem do prestígio que a função social lhes confere para cometer abusos.

No final do ano passado, registramos casos de violência sexual cometidos por um professor e um pastor, fatos que se repetiram este ano. O professor de uma escola estadual, em Potirendaba, atualmente afastado de suas funções e denunciado na Polícia Civil e no Placon (Sistema do Programa Conviva que tem como principal

objetivo monitorar a rotina das escolas da rede estadual), cometeu assédio contra uma adolescente. O pastor de Fronteira, por sua vez, foi preso após abusar sexualmente de uma criança de seis anos que frequentava a igreja. O crime foi cometido na casa dos pais da vítima quando não estavam por perto.

Outro fenômeno que tem se tornado comum diz respeito aos crimes no ambiente virtual, desde a troca de mensagens com teor sexual, com imagens de nudez sendo enviadas e solicitadas às crianças e aos adolescentes, até a pornografia infantil. Para se ter a dimensão do avanço desse assunto, a Polícia Federal, neste ano, deflagrou a Operação Abusou, que tinha por objetivo prender criminosos que produziam e vendiam conteúdo erótico-sexual envolvendo crianças e adolescentes em todo o país. Da capital aos interiores de São Paulo, dezenas de suspeitos foram presos, bem como seus computadores e HDs apreendidos.

Diante da adversidade e da dimensão do problema aqui tratado, das diversas lacunas civilizatórias reforçadas pela reprodução de violência por pessoas que deveriam – em primeiro lugar – cuidar do seu semelhante, ainda mais em um contexto de formação e vulnerabilidade, faz-se urgente pensar em ferramentas efetivas para que crianças e adolescentes sejam assistidos. Também é necessário buscar compreender as realidades e as intervenções indicadas para esse grupo, para que, de forma combativa, a violência contra ele seja erradicada. Por fim, embora essa seja uma ação do Estado, o trabalho de conscientização e apoio pode – idealmente – ser adotado por outras frentes e atores, como as contribuições da sociedade civil.

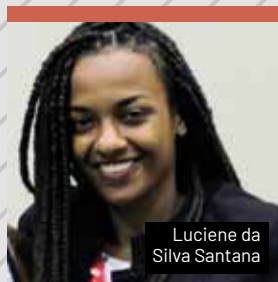
# QUEM FAZ A REDE DE OBSERVATÓRIOS

Baseados em sete estados, os integrantes da Rede combinam metodologia de pesquisa rigorosa, monitoramento diário, diálogo com a sociedade civil e conhecimento da realidade local para fazer análises sobre violência e segurança pública.

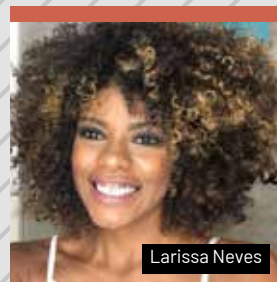
## BAHIA



Dudu Ribeiro



Luciene da  
Silva Santana

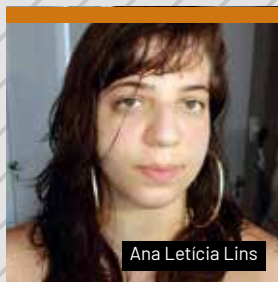


Larissa Neves

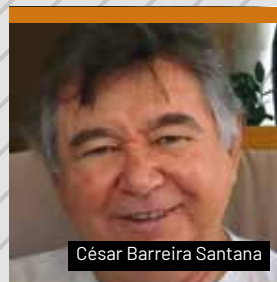


Ricardo Moura

## CEARÁ



Ana Letícia Lins



César Barreira Santana



Luiz Fabio Paiva

## MARANHÃO



Thiago Brandão Lopes



Luiz Eduardo  
Lopes Silva

## PERNAMBUCO



Dália Celeste



Deila Martins



Edna Jatobá

PIAUÍ



Elton Guilherme dos Santos Silva



Lila Cristina Xavier Luz



Marcondes Brito da Costa

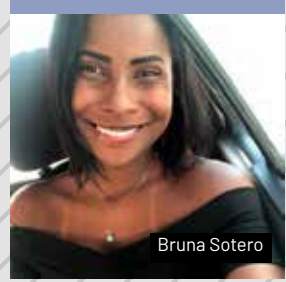


Maria Dalva Macedo Ferreira

RIO DE JANEIRO



Ana Paula Andrade



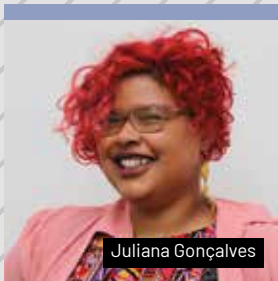
Bruna Sotero



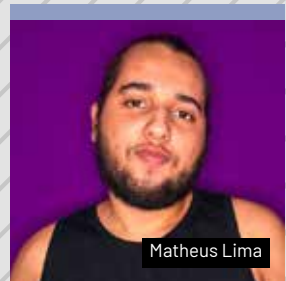
Itamar Silva



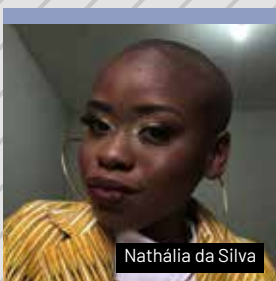
Jonas Pacheco



Juliana Gonçalves



Matheus Lima



Nathália da Silva



Pablo Nunes



Pedro Paulo



Renato Cafuzo



Sílvia Ramos



Wellerson Soares

SÃO PAULO



Bruno Paes Manso



Francine Ribeiro



SOBRE O RELATÓRIO

Edição: Juliana Gonçalves e Wellerson Soares

Revisão: Maria Eugênia Leonardo da Silva

Fotos: Alma Preta, Kelson Fontinele, Felipe Iruatã, Daniel Arroyo e Bruno Itan

REALIZAÇÃO



Centro de Estudos de Segurança e Cidadania



[observatorioseguranca.com.br](http://observatorioseguranca.com.br)



@redeobservatorios



@rede\_seguranca



@rededeobservatorios

BAHIA

CEARÁ

MARANHÃO

PERNAMBUCO

PIAUÍ

RIO DE JANEIRO

SÃO PAULO

INICIATIVA  
NEGRA



APOIO



FORD  
FOUNDATION

APOIO INSTITUCIONAL



OPEN SOCIETY  
FOUNDATIONS